



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE – CAMPUS CANGUARETAMA
DIREÇÃO ACADÊMICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

Emilly Umbelino de Souza

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA E
MARINHA DA APA BONFIM-GUARAÍRAS, TIBAU DO SUL, RN, BRASIL**

CANGUARETAMA/RN

2026

Emilly Umbelino de Souza

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA E
MARINHA DA APA BONFIM-GUARAÍRAS, TIBAU DO SUL, RN, BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão de Turismo, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como
requisito parcial para obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientadora: Paula Normandia Moreira Brumatti,
Dra.

CANGUARETAMA/RN

2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Catalogação na Fonte
Biblioteca IFRN – *Campus* Canguaretama

S729i Souza, Emilly Umbelino de.

Impactos socioambientais do turismo na zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaráiras, Tibau do Sul, RN, Brasil / Emilly Umbelino de Souza.-
- Canguaretama (RN), 2026.
53 f. ; 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão do Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2026.

Orientadora: Dr^a Paula Normandia Moreira
Brumatti.

1. Turismo 2. Meio ambiente 3. APA Bonfim-Guaráiras 4. Impacto ambiental I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Yuri Pontes Henrique CRB - 15/461

Emilly Umbelino de Souza

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA E
MARINHA DA APA BONFIM-GUARAÍRAS, TIBAU DO SUL, RN, BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão de Turismo, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como
requisito parcial para obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Canguaretama/RN, 15 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente



PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI

Data: 18/08/2026 10:30:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paula Normandia Moreira Brumatti, Dra.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)

Orientadora

Documento assinado digitalmente



ANA CIRNE PAES DE BARROS

Data: 18/08/2026 17:11:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cirne Paes de Barros, Dra.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)

Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



MARKE GEISY DA SILVA DANTAS

Data: 18/08/2026 12:04:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marke Geisy da Silva Dantas, Dr.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)

Membro da Banca Examinadora

*“Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam que a mão do Senhor
fez isto”*

Isaías 41:20

Dedico este trabalho a Deus, que me formou no ventre de minha mãe e escreveu cada um dos meus dias em Seu livro, quando nenhum deles ainda existia.
À minha querida Vovó Mentinha, que pôde acompanhar-me apenas até o segundo ano do Ensino Médio, mas que sempre sonhou em ver-me formada.
E aos meus amados pais, Edson Umbelino da Silva e Ozeni Pereira de Souza, que são o alicerce dos meus sonhos, minha inspiração e a razão do meu esforço diário, dedico esta conquista com todo o meu amor e gratidão, desejando sempre retribuir-lhes com orgulho e alegria.

AGRADECIMENTOS

*“quero O Teu nome engrandecer e agradecer-te por Tua obra
em minha vida”*

Aos meus pais! Que durante esses três anos estiveram sempre presentes, me ajudando mesmo sem saber de nada do curso, me ensinando a lidar com as frustrações, me aconselhando...foi um longo processo para chegar até aqui. O apoio de vocês me enche de coragem para continuar! Obrigada por sempre me incentivar e estarem dispostos a me ajudar para conquistar algo tão especial: meu diploma. Agradeço também por sempre se fazerem presente, em minhas apresentações!

A Davi, meu irmãozinho! Pela amizade, amor, incentivo e compreensão em não me atrapalhar enquanto estudava, além da companhia em tantos momentos importantes durante essa caminhada, nos eventos e nos interclasses.

A Lucas, meu irmão mais velho e Elizeane, minha cunhada! Pelo amor, carinho e torcida para que tudo desse certo, amo vocês!

A Erick, meu amor e melhor amigo. Obrigada pelo seu amor, paciência, compreensão, cumplicidade, por cuidar de mim, por cada oração e por acreditar que sou a melhor de todas.

A Paula Brumatti, melhor orientadora do mundo e exemplo de profissional! Obrigada por me ajudar, por me acolher e me dar oportunidade de participar do projeto de pesquisa o qual resultou neste trabalho. Meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação, mas por me permitir ser eu mesma sem formalidade e por todo incentivo, por acreditar que eu era capaz. Obrigada pelos ensinamentos que enriqueceram minha vida acadêmica e pessoal, afinal foram três disciplinas, um projeto, algumas viagens e uma orientação...impossível não ter aprendido nada.

A equipe do projeto de extensão “Turismo, uma viagem que começa na escola”. Em especial: Beatriz Liberato, Maria, Danielly Kariny e Maria Aparecida.

A equipe do projeto de pesquisa “Instrumentos regulatórios e estratégias para a mitigação de impactos e riscos socioambientais associados ao turismo em unidades de conservação da microrregião litoral sul do RN”. Em especial: Maria, Beatriz Liberato e Danielly Kariny.

A todas minhas colegas, companheiras de curso, grandes amigas que Deus me presenteou nessa graduação. Obrigada pelos momentos compartilhados, fofocas, estudos, incentivos, vocês são demais, meu carinho por vocês vai além do IFRN. Em especial, agradeço

a Danielly Kariny, minha sócia da doceria turística mais saborosa do Nordeste...um empreendimento que nos acompanhou durante muitos trabalhos, teve banafajor, coffeejor, rap e até cordel, com certeza essa doceria vai ser sucesso! Tenho um carinho gigantesco por você.

A Kauê, Iara e toda a turma de Eletro 2023.1, por me permitirem viver momentos incríveis junto com vocês...a apresentação de música e a participação no interclasse. Muito obrigada, guardarei esses momentos no coração e foi um prazer ser “Aluna temporária de Eletro”.

A todos os meus professores da graduação: Paula Brumatti, Paula Binfaré, Viviane, Fellipe, Gislainy, Francisco, Ana Neri, Ana Cirne, Linaldo, Marke, Julimar, Christielen, Evantuy, Daise, Aurélia, Andrea, Giulia, Ana Monica, Daniela, Mayara, Jorge, Ana Cristina e Gildy, por cada conhecimento.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente para minha formação!

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaráíras, unidade de conservação de uso sustentável, localizada no litoral sul do Rio Grande do Norte, abriga importantes ecossistemas costeiros e marinhos que concentram os principais atrativos turísticos, especialmente do município de Tibau do Sul e Praia de Pipa. Embora o turismo represente uma importante fonte geradora de economia local, sua intensificação pode causar diferentes impactos socioambientais, principalmente quando planejado, controlado e monitorado inadequadamente. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar os principais impactos socioambientais na zona marinha e costeira associados às atividades turísticas na Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaráíras, localizada no estado do Rio Grande do Norte, e possíveis ações mitigadoras. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, descritiva e exploratória, sendo desenvolvida por meio de um levantamento de dados, revisão bibliográfica e observações in loco. Foram encontrados e analisados 18 estudos acadêmicos e científicos, incluindo trabalhos em inglês. Os resultados destacaram que os principais impactos socioambientais associados ao turismo são a perturbação da fauna, supressão da vegetação, poluição hídrica e do solo, impacto na paisagem e acirramento de conflitos socioespaciais, evidenciando também seus potenciais fatores. Também constatou-se como ações mitigadoras, o engajamento público/privado e consolidação de parcerias, ordenamento do turismo, fiscalização e regularização fundiária, adequação de saneamento e gestão de resíduos, fomento aos estudos de impacto e capacidade de carga e apoio comunitário e educação ambiental. Conclui-se que o turismo assume grande importância econômica para a região, porém necessita de ações efetivas para conciliar o uso público com a conservação das zonas costeiras e marinhas da APA Bonfim-Guaráíras.

Palavras-chave: turismo; impactos socioambientais; APA Bonfim-Guaráíras; conservação ambiental; uso público.

ABSTRACT

The Bonfim-Guaráiras Environmental Protection Area (APA), a sustainable use conservation unit located on the southern coast of Rio Grande do Norte harbors important coastal and marine ecosystems that host key tourist attractions, particularly in the municipality of Tibau do Sul and at Pipa Beach. Although tourism is a major driver of the local economy, its intensification can lead to various socio-environmental impacts, especially when planning, control, and monitoring are inadequate. In this context, this research aimed to analyze the main socio-environmental impacts on the marine and coastal zones associated with tourism activities in the Bonfim-Guaráiras APA, as well as potential mitigation measures. The study was qualitative, descriptive, and exploratory in nature, conducted through data collection, a literature review, and on-site observations. Eighteen academic and scientific studies including works in English were identified and analyzed. The results highlighted that the primary socio-environmental impacts associated with tourism include wildlife disturbance, vegetation loss, water and soil pollution, landscape alteration, and the escalation of socio-spatial conflicts, while also identifying their underlying causes. Mitigation measures identified included public-private engagement and partnership building; tourism zoning and regulation; enforcement and land tenure regularization; improvements to sanitation and waste management; support for impact and carrying capacity studies; and community support and environmental education. The study concludes that while tourism is of great economic importance to the region, effective measures are required to reconcile public use with the conservation of the Bonfim-Guaráiras APA's coastal and marine zones.

Key-words: tourism; socio-environmental impacts; APA Bonfim-Guaráiras; environmental conservation; public use.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação previstas na Lei 9.985/2000.	19
Figura 2 - Divisão dos grupos de Unidades de Conservação no Brasil.....	20
Figura 3 - Principais Princípios do Uso Público	22
Figura 4 - Mapa de localização da APA Bonfim-Guaráiras (RN)	26
Figura 5 - Praia do Centro - Pipa/RN	28
Figura 6 - Baía dos Golfinhos - Pipa/RN	28
Figura 7 - Estudos encontrados por meio da Revisão Bibliográfica	31
Figura 8 - Praia do Madeiro - Pipa/RN	34
Figura 9 - Laguna Guaráiras - RN	35
Figura 10 - Fatores e principais impactos socioambientais identificados	37
Figura 11 - Desenho do Roteiro da Lagoa de Guaráiras	38
Figura 12 - Observação de golfinhos na Lagoa de Guaráiras.....	39
Figura 13 - Empreendimentos sobre falésias - Pipa/RN.....	40
Figura 14 - Barracas de praia em áreas suscetíveis à erosão	41
Figura 15 - Poluição Hídrica e do Solo	42
Figura 16 - Checklist: Impactos identificados In Loco	42
Figura 17 - Blocos temáticos e Ações mitigadoras para reduzir os impactos socioambientais na APA	43
Figura 18 - Questões norteadoras da visita técnica In Loco	53

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	12
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	17
<i>1.1.1 Geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.1.2 Específicos.....</i>	<i>17</i>
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO	18
<i>2.1.1 Áreas Protegidas no Brasil</i>	<i>18</i>
<i>2.1.2 Uso Público em Áreas Protegidas.....</i>	<i>22</i>
<i>2.1.3 Impactos Socioambientais do turismo em Áreas Protegidas</i>	<i>25</i>
2.2 A APA BONFIM-GUARAÍRAS E O TURISMO	26
<i>2.2.1 Caracterização da APA Bonfim-Guaráiras</i>	<i>26</i>
<i>2.2.2 O Turismo em Tibau do Sul e na Praia de Pipa.....</i>	<i>27</i>
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
<i>4.1 Caracterização do Turismo na Zona Costeira e Marinha da APA.....</i>	<i>34</i>
<i>4.2 Impactos socioambientais na APA Bonfim-Guaráiras associadas ao Turismo.....</i>	<i>36</i>
<i>4.3 Ações mitigadoras dos Impactos Socioambientais na APA</i>	<i>43</i>
5 CONCLUSÕES.....	45
REFERÊNCIAS	46
ANEXO A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.	53

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade em expansão, e no Rio Grande do Norte é uma das que mais gera emprego e renda para a população, tendo como seus principais atrativos as Unidades de Conservação (UCs) localizadas no estado (SILVA; FRANCA; OLIVEIRA, 2023). Com o papel de proteger e conservar o meio ambiente, as UCs vêm enfrentando desafios em compatibilizar o uso público com a conservação e proteção dos seus recursos naturais.

Com uma enorme riqueza estendida entre diferentes biomas, as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas, no Brasil, a fim de promover a conservação dos atributos naturais e incentivar o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Na região do litoral sul do estado do RN encontram-se o Santuário Ecológico de Pipa (RPPN), o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), a Área de Proteção Ambiental Bonfim Guarairas e a Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS). A Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guarairas, criada por meio do Decreto Estadual nº 14.369, de 22 de março de 1999, compreende a maior UC desta região, tendo como objetivo ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas dunares, de mata atlântica e dos manguezais, bem como das lagoas, rios e demais recursos hídricos, além das espécies de fauna e flora existentes na região. Neste sentido, com a representatividade de suas áreas costeira e marinha, a APA Bonfim-Guarairas se tornou palco do turismo sendo um dos principais atrativos turísticos de Tibau do Sul e Pipa/RN. (SANTOS, 2016).

Entretanto, a intensificação das atividades turísticas e recreativas nessa unidade tem chamado a atenção de cientistas em relação às diversas ameaças e impactos socioambientais associados, principalmente, a ocupação desordenada provocada também pelo turismo, muitas vezes sendo incompatível com a proteção da biodiversidade presente na região. Nesse cenário, torna-se necessária a adoção de medidas que permitam mitigar os impactos socioambientais decorrentes do uso público.

Embora as atividades turísticas e recreativas estejam nos objetivos da unidade como forma de valorização cultural, natural, entre outras e seja uma ferramenta relevante economicamente; a expansão turística ainda tem provocado o beneficiamento econômico e social desigual, a exclusão das populações tradicionais locais de seus territórios, o agravamento da degradação ambiental, comprometendo a conservação da biodiversidade e o próprio desenvolvimento do turismo (BRUMATTI, 2020). Dessa forma, esta pesquisa levanta as seguintes questões: quais são os principais impactos socioambientais associados ao turismo na APA Bonfim-Guarairas já reconhecidos nos estudos acadêmicos e científicos? É possível

reconhecê-los e identificá-los in loco? Quais seriam as possíveis soluções ou medidas a serem tomadas no sentido de mitigar estes impactos?

Diante do exposto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os impactos socioambientais decorrentes das atividades turísticas na zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaráíras, considerando a expansão turística e sua influência dentro dessa unidade. No panorama social e ambiental, essa pesquisa colabora para elucidar o contexto de desenvolvimento e monitoramento do turismo na APA, propondo ações que possam elevar a efetiva conservação desta UC e a mitigação de impactos negativos por parte do setor turístico.

Quanto à relevância acadêmica, o estudo visa contribuir em informações importantes agregando conhecimento para trabalhos futuros, no âmbito de pesquisas acadêmicas, propondo reunir e sistematizar os impactos socioambientais já estudados e reconhecidos na literatura, complementando a análise com observações realizadas in loco, fazendo comparação entre o conhecimento teórico e a prática, possibilitando uma visão abrangente e concreta da influência do turismo sobre os ecossistemas e conservação da APA Bonfim-Guaráíras. O recorte analítico dentro da temática Turismo em Unidades de Conservação partiu de uma motivação pessoal, decorrente da participação no projeto de pesquisa intitulado: Instrumentos regulatórios e estratégias para a mitigação de impactos e riscos socioambientais associados ao turismo em unidades de conservação da microrregião litoral sul do RN, desenvolvido pelo curso de Gestão do Turismo, do IFRN campus Canguaretama.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Analisar os principais impactos socioambientais na zona costeira e marinha associados às atividades turísticas na Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaraíras, localizada no estado do Rio Grande do Norte, e possíveis ações mitigadoras.

1.1.2 Específicos

1. Levantar estudos acadêmicos e científicos que tratam da relação entre o turismo e a área costeira e marinha da APA e seus possíveis impactos;
2. Identificar os impactos socioambientais e os fatores de pressão associados ao turismo a partir da revisão bibliográfica;
3. Analisar possíveis medidas a serem tomadas para minimizar os impactos socioambientais com base nos estudos e observações in loco;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Áreas Protegidas e Turismo

2.1.1 Áreas Protegidas no Brasil

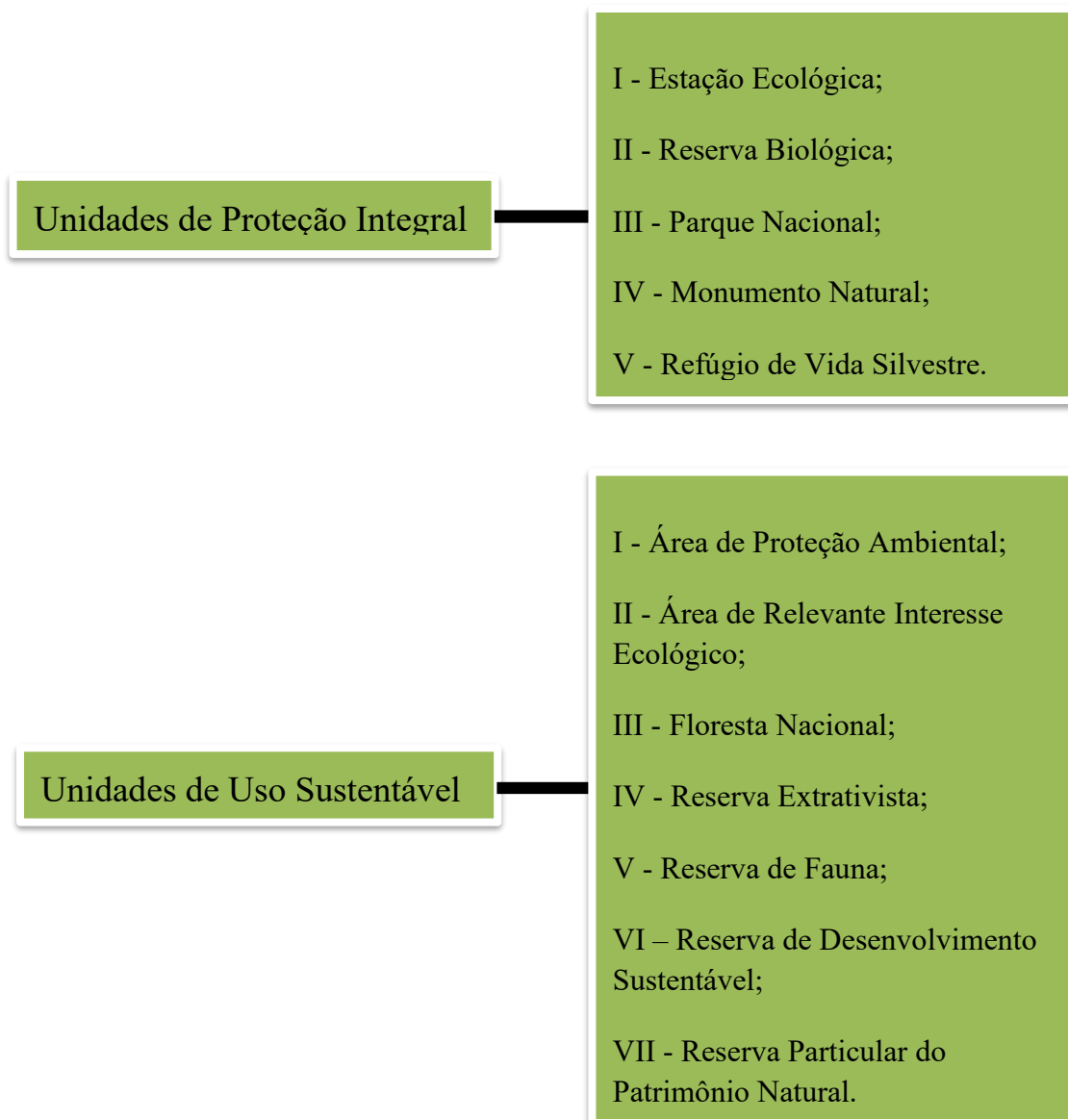
O termo áreas protegidas adotado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), define áreas protegidas como um “*espaço geográfico com limites definidos, reconhecido e gerido por meio de regras, leis e outros mecanismos, eficazes para garantir a conservação da natureza a longo prazo, incluindo os serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados*” (LEUNG et.al, 2019). Nesta perspectiva, podemos entender as áreas protegidas como um local que possui delimitação territorial feita através de regras, leis e outros mecanismos os quais procuram garantir que a natureza - fauna, flora, solo, água e ar - bem como, a cultura e as tradições, não sejam destruídas. Desse modo, uma área protegida é um espaço criado e controlado unicamente para manter a natureza em bom estado, sem degradação ou ocupação desordenada.

De acordo com Maretti (2008), o Brasil possui um dos maiores conjuntos de áreas protegidas do mundo e destaca que a tradução adequada para o termo *protected area* é “**Unidade de conservação**”. Segundo o art. 2º da Lei nº 9.985/2000, unidades de conservação compreende:

Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Com base nos dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o país conta com aproximadamente 3.421 unidades, das quais 32,18% são federais, 42,09% estaduais e 25,72% municipais. Essas unidades foram criadas desde 1934 e perpetua até os dias atuais, atualmente cobrem uma área protegida de 2.626.664,26 km² (BRASIL, 2026). Embora existam diversos tipos de unidades de conservação com um propósito comum de conservar a natureza, elas apresentam características específicas, sendo subdivididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Figura 1 - Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação previstas na Lei 9.985/2000.

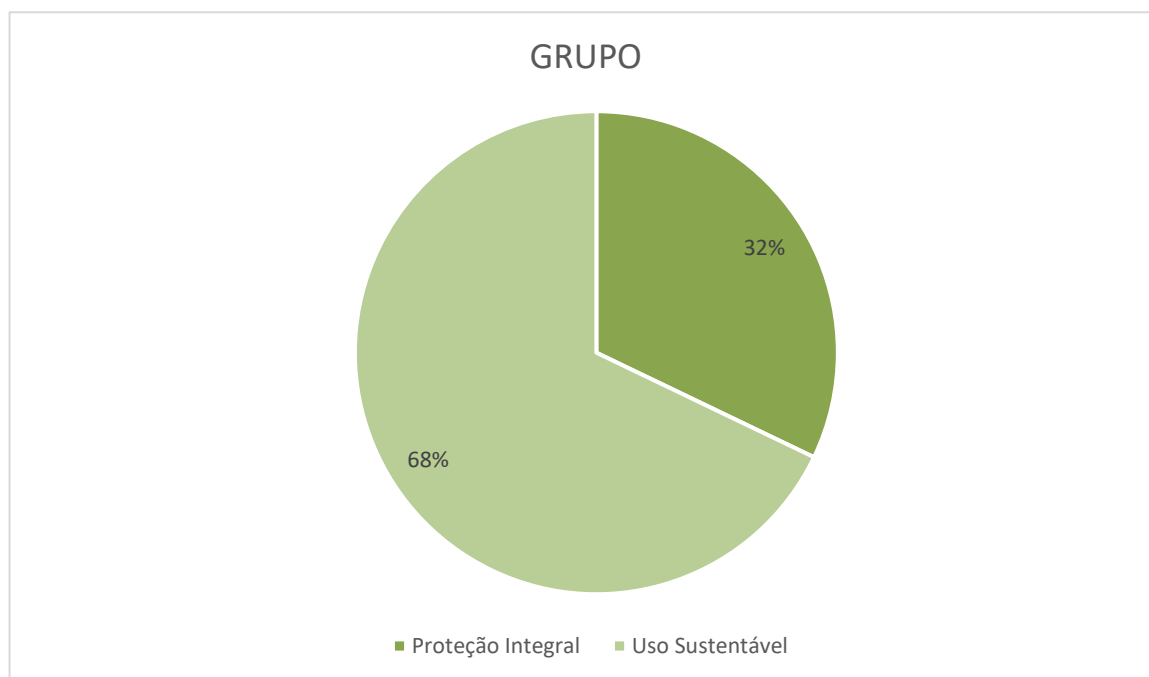


Fonte: Elaborado(a) pelo(a) autor(a), com base em Brasil (2000).

Segundo o art. 7º, §1º, da Lei 9.985/2000, as unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, não permite o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos presentes nestas unidades, como fauna, flora, recursos minerais, dentre outros. Neste mesmo art. 7º, §2º, a lei determina que as unidades de Uso Sustentável possuem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, buscando harmonizar a conservação com formas de exploração do ambiente que garantam a qualidade dos seus recursos e a manutenção da biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

Na atualidade, o Brasil possui um número significativo de unidades de conservação divididas entre esses dois grupos, com prevalência nas unidades do grupo de Uso Sustentável, demonstrando a relevância dessas áreas protegidas dentro do território brasileiro. Conforme a Figura 2, as unidades de Uso Sustentável representam a maior parte de unidades de conservação do país.

Figura 2 - Divisão dos grupos de Unidades de Conservação no Brasil.



Fonte: Elaborado(a) pelo(a) autor(a), com base em Brasil (2026) – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

A Figura 2, demonstra a predominância das unidades de conservação pertencentes ao grupo de Uso Sustentável no Brasil, que abrangem aproximadamente 68% do total de unidades do país. No estado do Rio Grande do Norte, também é possível observar essa predominância, sendo as unidades de Uso Sustentável responsável por 60% das unidades do estado, enquanto as unidades de Proteção Integral correspondem aos 40% restante (BRASIL, 2026)

Entre as categorias de unidades de conservação referentes ao grupo de Uso Sustentável, encontram-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA). As quais segundo o art. 15 da Lei 9.985/2000 são definidas como:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

No estado do Rio Grande do Norte, existem 6 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) sendo uma das categorias mais representativas dentre as unidades de uso sustentável. Ficando atrás apenas das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), categoria com maior número de UCs dispondo de 9 unidades no estado. As APAs estão distribuídas entre: 5 de esfera administrativa estadual (83,33%) e 1 de esfera administrativa federal (16,67%). Em conjunto, essas APAs abrangem aproximadamente 386.517,80 km² de área protegida, sendo 10,57% de área marinha e 0,01% de área continental, desempenhando um papel importante na proteção da variabilidade de seres vivos de todas as origens - compreendendo, os ecossistemas terrestres e marinhos; para a regulamentação da ocupação humana e para a garantia da perenidade dos recursos naturais do estado (BRASIL, 2026).

Diante das definições apresentadas, é possível compreender que as áreas protegidas são uma área territorialmente delimitada, gerida por regras e leis, voltadas à proteção dos seus recursos e características naturais, bem como, para a prevenção da sua degradação e ocupação desordenada. Neste contexto, destaca-se a importância da criação de áreas protegidas para a conservação da natureza, uma vez que sua implementação constitui uma das principais estratégias para a proteção da biodiversidade (IDEMA, 2020), em razão de seu valor ambiental, social, econômico e turístico.

No âmbito ambiental essas áreas têm importância na manutenção do clima, dos ciclos hidrológicos e dos nutrientes. Já sob a perspectiva social e econômica, essas áreas são grandes provedoras de matéria-prima e serviços ecossistêmicos, como produtos alimentícios, de uso industrial derivado da fauna e da vegetação, dentre outros, contribuindo para a qualidade da vida humana, uma vez que esses são benefícios vitais para sua sobrevivência (HASSLER, 2005). Ademais, segundo o UNEP-WCMC e a IUCN (2024), essas áreas desempenham papel estratégico ao aumentar a resiliência das paisagens terrestres e marinhas sob as mudanças climáticas, aprimorar os serviços ecossistêmicos e contribuir para desenvolvimento sustentável.

No contexto turístico, a riqueza da biodiversidade presente nas áreas protegidas tornou-se atrativo valioso para os segmentos de ecoturismo, turismo de aventura, entre outros que usam o ambiente natural como seu principal atrativo. A partir disso, infere-se que as áreas protegidas passaram a ser reconhecidas como espaços com potencial para o desenvolvimento de diferentes atividades turísticas. Consequentemente, o turismo passa a depender da preservação dessa biodiversidade - bem como: as paisagens naturais, culturais e marinhas -, assumindo não só um papel importante no fortalecimento da gestão, mas também no fomento da economia, pois gera emprego e renda (LEUNG et al., 2019).

No entanto, as áreas protegidas enfrentam o desafio de conciliar o turismo com a conservação da natureza. O Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006), corrobora essa perspectiva ao afirmar que o desafio é desenvolver o turismo de forma harmônica para que as atividades não acarretem impactos negativos severos ao meio ambiente e as comunidades locais, assim como para a economia. Portanto, há uma dualidade no turismo dentro dessas áreas: pois se por um lado ele consegue fortalecer as unidades de conservação, incrementar a economia, gerar empregos e renda, por outro, com um planejamento inadequado da visitação turística, pode resultar na destruição dos recursos que ele necessita e visa explorar - causando por exemplo: poluição, descarte de resíduos, danos a áreas sensíveis, superlotação, perturbação e deslocamento das comunidades locais, dentre outros.

2.1.2 Uso Público em Áreas Protegidas

O uso público pode ser compreendido como a utilização de determinados espaços, estando diretamente relacionado à visitação de pessoas nesses locais. Neste sentido, conforme a Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021, art. 2º, inciso I, o uso público é definido como:

Um termo utilizado para tratar com abrangência a gestão da visitação, desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas unidades de conservação como desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental, entre outras ações; (BRASIL, 2021, p.2).

Neste contexto, o uso público compreende a utilização dessas unidades de conservação podendo se manifestar através de atividades com fins recreativos, desportivos, educacionais, culturais ou religiosos, entre outras formas de uso indireto dos recursos naturais e culturais presentes nesses locais. Para o ICMBIO (2021), as unidades de conservação é um espaço de uso comum, que não dispõem de exclusividade para um único indivíduo da sociedade, sendo o uso público uma forma de promoção de seu usufruto.

Por isso, o uso público nas unidades de conservação deve seguir princípios e diretrizes voltados à conservação da natureza, valorização do patrimônio cultural e da população local, além do planejamento sustentável, a fim de compatibilizar o usufruto dessas unidades com a conservação e proteção dos seus recursos naturais.

Figura 3 - Principais Princípios do Uso Público

PRINCÍPIOS DO USO PÚBLICO	OBJETIVOS
Conservação da natureza, dos recursos naturais e da biodiversidade.	Garantir a proteção do ambiente; dos elementos da natureza que têm valor econômico ou utilitário; e da variedade de

	vida do planeta.
Proteção e Valorização do patrimônio	Preservar e valorizar o patrimônio natural, histórico, cultural e cênico.
Valorização das comunidades locais	Valorizar a população e cultura local e estimular o Turismo de Base Comunitária.
Planejamento Sustentável	Planejar e controlar o uso público de maneira responsável, participativa e sustentável.
Redução dos Impactos ambientais	Minimizar os danos causados pelo uso público.
Inclusão Social	Promover acesso democrático as áreas de visitação da unidade de conservação.

Fonte: Adaptado de Brasil (2021)

Conforme os princípios apresentados acima, percebe-se a necessidade de compatibilizar o usufruto da visitação com a conservação da natureza, de seus recursos e da sua biodiversidade, evidenciando que o uso público deve ocorrer de maneira planejada, responsável, participativa e sustentável. Ademais, a valorização das comunidades locais e a inclusão social demonstram a importância do engajamento da sociedade nas áreas protegidas. Outro aspecto relevante refere-se à redução dos impactos ambientais, considerando que a visitação nessas unidades pode destruir a natureza principalmente quando não há ordenamentos adequados.

Neste cenário, Queiroz e Vallejo (2017) afirmam que compatibilizar a conservação da natureza com o uso público não é uma tarefa fácil, pois os impactos se diversificam de acordo com a atividade realizada nas unidades de conservação. Além disso, os autores destacam que o manejo do uso público inadequado coopera para a intensificação dos impactos, comprometendo a conservação da natureza.

Além dos princípios, a Portaria nº 289/2021 estabelece diretrizes voltadas para o desenvolvimento sustentável e socioeconômico da região onde a Unidade de Conservação está inserida. Entre as principais ressalta-se o planejamento, a gestão e o monitoramento da visitação, a diversificação das experiências de uso público para diferentes públicos, a adoção da interpretação ambiental como instrumento de sensibilização e a compatibilização do uso público com a conservação da natureza.

Dessa forma, o uso público nas unidades de conservação possui grande importância ambiental, social, cultural e economia. No âmbito ambiental, contribui para a aproximação e sensibilização da sociedade acerca da importância de proteger o ambiente e suas diversidades de espécies e ecossistemas. Já no contexto social e cultural, promove o respeito e a valorização das comunidades locais, sua cultura, e seu patrimônio presente nessas áreas, bem como, a democracia sem distinção de gênero social.

Economicamente, o uso público se faz importante para o fomento da economia por meio de atividades ligadas a essas áreas, como o ecoturismo e o turismo de base comunitária, que podem gerar empregos, renda e potencializar o desenvolvimento sustentável. Ainda, Vallejo (2013) afirma que a visitação em áreas protegidas pode constituir uma fonte de arrecadação capaz de custear parte das demandas da própria área. Neste sentido, a visitação traz maior movimentação econômica, favorecendo o crescimento de atividades comerciais, a geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da renda da população.

Diante da importância já mencionada, foram criadas políticas de incentivo às quais servem para criar toda estrutura, acesso e interesse a fim de que a visitação se torne viável, segura e atrativa. Por tanto, as políticas de incentivo buscam promover mecanismos voltados para o crescimento e qualidade da visitação nessas unidades.

Em 2025, foi sancionada a Lei nº 15.180 que institui uma Política Nacional voltada ao incentivo à visitação em unidades de conservação. Entre as principais estratégias encontradas nessa política estão o fortalecimento da infraestrutura, bem como: trilhas, banheiros e vestiários, mirantes, vias internas de contemplação cênica, assim como áreas, estruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das atividades dentro dessas unidades - estacionamento, hospedagem, alimentação etc.

2.1.3 Impactos Socioambientais do turismo em Áreas Protegidas

Apesar das atividades turísticas e recreativas estarem previstas como um dos objetivos das Unidade de Conservação (UC), o turismo também pode gerar impactos negativos, portanto se torna relevante o planejamento e a gestão adequada da visitação, uma vez que a intensificação do uso público requer atenção quanto aos impactos provocados pelas atividades turísticas.

Neste contexto, a intensificação do uso público pode causar diferentes impactos socioambientais, especialmente quando o uso ocorre sem o devido planejamento, controle e monitoramento (VALLEJO, 2013). Entre os impactos ambientais mais recorrentes estão os danos à fauna e à flora, que podem alterar a dieta e os habitats dos animais, além dos prejuízos à vegetação provocados pela circulação de veículos e pelo pisoteamento. Também são considerados impactos visíveis e comuns a compactação do solo nas trilhas, a erosão, a poluição direta dos cursos d'água causada por produtos químicos e o despejo inadequado de resíduos, principalmente o lançamento de esgoto em locais que não possuem infraestrutura adequada para o atendimento turístico. Além disso, resíduos sólidos descartados por embarcações, estradas e postos de serviços também contribuem para a poluição hídrica.

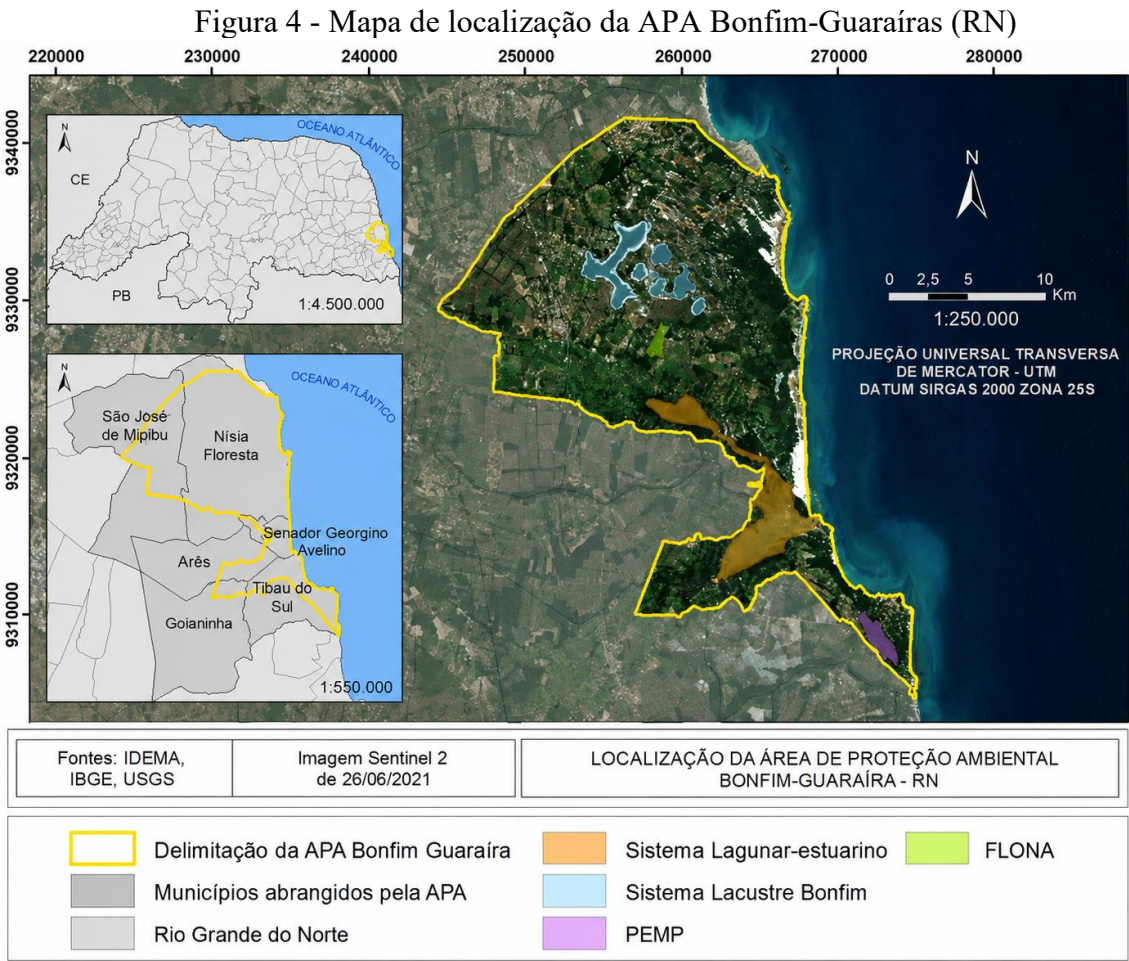
No âmbito social, destaca-se o comportamento inadequado dos visitantes, manifestado por meio de depredações e outras formas de degradação que comprometem esteticamente a paisagem e os atrativos naturais, históricos e culturais da área, como danos ao patrimônio. Além disso, existem conflitos com as comunidades locais, decorrentes de congestionamentos, aumento da produção de lixo, vandalismo e difusão de hábitos urbanos, fatores que podem prejudicar o modo de vida tradicional dessas populações e a pressão causada pelo aumento da demanda turística.

Diante do exposto, verifica-se que, embora as atividades turísticas estejam previstas nas unidades de conservação e seja uma ferramenta relevante para a valorização do patrimônio natural, cultural, social, para o fomento da economia e para a aproximação e sensibilização da sociedade com a conservação, sua execução deve ser planejada, gerida e controlada de forma eficaz, de modo que concilie o uso público com a conservação da natureza. Pois somente com planejamento, gestão e controle é possível minimizar os impactos socioambientais decorrentes da visitação e garantir que os objetivos das áreas protegidas sejam cumpridos.

2.2 A APA Bonfim-Guaráiras e o Turismo

2.2.1 Caracterização da APA Bonfim-Guaráiras

A Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaráiras, unidade de conservação de uso sustentável, foi criada por meio do Decreto Estadual do Rio Grande do Norte nº 14.369, de 22 de março de 1999. Sua criação teve como objetivo ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas dunares, de mata atlântica e dos manguezais, bem como das lagoas, rios e demais recursos hídricos, além das espécies de fauna e flora existentes na região. Com uma área de aproximadamente 42.471 hectares (BRASIL, 2026), a APA Bonfim-Guaráiras se estende por seis municípios potiguares: Nísia Floresta, São José de Mipibu, Goianinha, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Arês. Além disso, a unidade engloba outras UCs - entre elas, o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), a Reserva Faunística de Tibau do Sul (REFAUTS) e o Santuário Ecológico de Pipa. Todos inseridos dentro dos limites da APA Bonfim-Guaráiras.



Fonte: Mata e Souza (2024, p.99).

A representação cartográfica apresentada na Figura 4, evidencia a extensão territorial da Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaaráras, evidenciando sua delimitação territorial, os municípios abrangidos pela unidade, bem como o Sistema Lagunar-estuarino, o Sistema Lacustre Bonfim e o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP) inseridos em seu território.

Em relação aos seus aspectos naturais e à sua diversidade ecossistêmica, a APA Bonfim-Guaarára apresenta predominância do bioma Mata Atlântica e abriga diversos ecossistemas, entre os quais estão os manguezais, dunas fixas e móveis, recifes rochosos, faixa de praia, entre outros ecossistemas. Neste contexto, a unidade recebe elevada importância para a proteção desse bioma, especialmente por integrar outras unidades de conservação e áreas relevantes que contribuem para a conservação do bioma. Além disso, a APA Bonfim-Guaarára desempenha um papel importante na conservação de diversas espécies, sendo estratégica para a sustentabilidade ambiental da região (IDEMA, 2020).

2.2.2 O Turismo em Tibau do Sul e na Praia de Pipa

O turismo é uma atividade em expansão com grande potencial de desenvolvimento no Brasil devido à diversidade de seus recursos naturais. Ocupando cerca de metade da América do Sul, o país abriga mais de 124.000 espécies de fauna e mais de 44.000 espécies de flora, espalhadas entre os biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, além do sistema costeiro marinho. O território brasileiro também possui 3,5 milhões de km² de costa marinha, onde se encontram ecossistemas como manguezais, dunas, recifes de corais, marismas, lagoas e estuários (BRASIL, [s.d.]). Neste contexto, essa riqueza natural favorece diversas atividades econômicas, tornando o turismo uma das principais atividades capazes de fortalecer a economia brasileira.

No estado do Rio Grande do Norte, a cidade do Natal se consolidou o principal polo turístico do estado, principalmente após a construção da Via Costeira, que passou a ser a principal zona de concentração de hotéis de luxo e resorts na capital potiguar. Posteriormente, a atividade turística se desenvolveu na Praia de Pipa, localizada no município de Tibau do Sul, a aproximadamente 90 km de Natal, tornando o município o segundo destino turístico mais visitado do estado, recebendo turistas nacionais e internacionais (TIBAU DO SUL, [s.d.]).

Dessa maneira, a praia de Pipa se tornou destaque entre os turistas por causa dos seus atrativos naturais e sua beleza cênica, caracterizada por falésias, praias, lagoas, águas cristalinas e vegetação exuberante. Além disso, abriga diversas espécies de fauna e flora, suas águas são o ponto de encontro de golfinhos e tartarugas marinhas, cuja observação dessas espécies constitui uma das principais atividades turísticas do destino.

Figura 5 - Praia do Centro - Pipa/RN



Fonte: Site da Passeio em Pipa (2026)

Figura 6 - Baía dos Golfinhos - Pipa/RN



Fonte: Site da Passeio em Pipa (2026)

Neste sentido, embora o crescimento da atividade turística represente uma importante fonte geradora de economia local, gerando emprego nos setores de hospedagem, comércio, alimentação e serviços (GRANDE, 2009), é necessário que a atividade se desenvolva a partir de um planejamento e gestão eficaz a fim de garantir a conservação dos recursos naturais

presentes na região, para que a utilização do espaço natural como atrativo turístico e a visitação não traga grandes impactos para o ambiente e para a comunidade local.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Gil (2002), pode-se descrever a pesquisa como uma ferramenta que se fundamenta na razão, no pensamento crítico do pesquisador e segue uma organização, um passo a passo. A pesquisa tem como objetivo trazer respostas aos problemas indicados e é desenvolvida através da aplicação cuidadosa de um conjunto de métodos, técnicas, entre outros procedimentos científicos, esse conjunto recebe o nome de metodologia. Para tanto, neste capítulo procura-se apresentar as etapas que caracterizam a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se em um estudo descritivo e exploratório. As pesquisas qualitativas consistem em “Uma forma de investigação que busca desvendar e compreender fenômenos, partindo da premissa de que a subjetividade da ação social permeia a criação de novas atitudes e perspectivas” (ANGELO, 2013, p.164-165).

De acordo com Dencker (1998), as pesquisas descritivas consistem na descrição de fenômenos, bem como estabelece relações entre variáveis. Já as pesquisas exploratórias são aquelas que procuram o aprimoramento de ideias e/ou a descoberta de intuições, podendo incluir levantamento bibliográfico, entrevista e análise de exemplos similares. Este tipo de pesquisa garante maior familiaridade do pesquisador com o problema, com o objetivo de torná-lo mais evidente (GIL, 2002, p.41).

Assim, para atingir o objetivo geral proposto, no qual se busca identificar os principais impactos socioambientais na zona costeira e marinha associados às atividades turísticas na APA Bonfim-Guarairas, no município de Tibau do Sul, esta pesquisa realizou-se a partir de 3 etapas.

Na primeira etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica por meio do levantamento de estudos acadêmicos e científicos que tratavam da relação entre o turismo e a área costeira e marinha da APA e seus possíveis impactos socioambientais associados ao turismo. Essa revisão bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já publicado: artigos, teses, dissertações, dentre outros tipos de estudos acadêmicos e científicos. Para o levantamento foram realizadas consultas em sites oficiais como: CAPES e CAFE; e buscas em diferentes bases de dados e buscadores confiáveis como: Google Acadêmico, SCOPUS, Scispace, Perplexity, OPAP, ResearchGate e Consensus, além de consultas a publicações vinculadas ao PROEC, revistas acadêmicas e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da USP. Para encontrar os trabalhos que tratavam do tema da pesquisa foram definidas combinações de palavras chaves, como: Área de proteção ambiental ou UC e lazer ou recreação ou turismo e Bonfim Guarairas ou Refauts

ou Parque Estadual Mata da Pipa. No final da revisão bibliográfica, foram identificados 18 trabalhos pertinentes ao tema, dentre artigos científicos, dissertações e teses, conforme a figura abaixo:

Figura 7 - Estudos encontrados por meio da Revisão Bibliográfica

Título	Autor(es)	Ano
Uso e Ocupação do Solo na Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brasil (1984 – 2015)	Diana Carvalho de Freitas; Paulo César Moura da Silva; Vitor de Oliveira Lunardi; Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Diana Gonçalves Lunardi	2016
Subsídios para o Plano de Manejo da Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brasil	Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos	2016
Caracterização da Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul – REFAUTS, Rio Grande do Norte: Proposta de Ordenamento do Turismo	Larycynthia Luana Sousa do Nascimento	2016
DESAFIOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA: Enfoque analítico sobre a Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira, Estado do Rio Grande do Norte	Itamara Lúcia da Fonseca	2017
Unidades de Conservação, Turismo e Governança: capacidades e implicações para o uso público do Parque Estadual Mata da Pipa, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.	Paula Brumatti; Ana Justino; Fellipe Ferreira	2017
O Turismo de Observação de Botos-cinza e a Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS): Uma Revisão de Literatura	Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Diana Carvalho de Freitas; Vitor de Oliveira Lunardi; Diana Gonçalves Lunardi	2017
Avaliação do turismo de observação de botos-cinza na Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (Refauts), Rio Grande do Norte, Brasil	Diana Gonçalves Lunardi; Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Larycynthia Luana Sousa do Nascimento; Diana Carvalho de Freitas; Vitor de Oliveira Lunardi	2017
Entraves à efetivação de Unidades de Conservação: Parque Estadual Mata da Pipa, Tibau do Sul- RN- Brasil	Juliana Garcia Vidal Rodrigues; Sueli Aparecida Moreira; Eliza Maria Xavier Freire	2018
Quem são e o que pensam os condutores de embarcações turísticas para observação de botos-cinza?	Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Vitor de Oliveira Lunardi; Diana Carvalho de Freitas; Maria Mayara dos Santos Silva; Diana Gonçalves Lunardi	2019
Desafios e oportunidades do turismo na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira (RN): concepções de análise a partir do conselho gestor	Itamara Lúcia da Fonseca; Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega	2021
Percepção de atores sociais como subsídio ao zoneamento ambiental de uma unidade de conservação costeira no nordeste do Brasil	Maria Mayara dos Santos Silva; Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Géssica Raffaely Dantas da Silva; Vitor de Oliveira Lunardi; Diana Gonçalves Lunardi	2021
Are dolphin-watching boats routes an effective tool for managing tourism in marine protected areas?	Diana Carvalho de Freitas; Josivânia Emanuelly Azevedo dos Santos; Paulo César Moura da Silva; Vitor de Oliveira Lunardi; Diana Gonçalves Lunardi	2021
Turismo em Unidades de Conservação do Litoral Sul Potiguar: Relação entre Planos de Manejo e Planos Diretores	Clébia Bezerra da Silva; Rosana Silva de França; Wagner Araujo Oliveira	2022
Análise da Dinâmica Espaço-Temporal da Cobertura Vegetal na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guarairas/RN	Anna Letícia Araújo da Mata; Jairo Rodrigues de Souza	2023

Lagoa de Guaraíras/RN-Brasil: Uma Dialética da Construção do Espaço e da Cultura	Luênia Kaline Tavares da Silva; Francisca de Souza Miller	2023
Overlapping use of areas in a marine wildlife reserve on the northeastern coast of Brazil	Diana Carvalho de Freitas; Josivânia Emanuely Azevedo dos Santos; Maria Mayara dos Santos Silva; Géssica Raffaely Dantas da Silva; Vitor de Oliveira Lunardi; Diana Gonçalves Lunardi	2024
Proposta de Interpretação Ambiental na trilha do Galhardo, Pipa, Rio Grande do Norte	Percival Aparecido do Prado; Narla Sathler de Oliveira Musse	2024
Percepção dos residentes sobre os impactos ambientais causados pelo turismo de aventura na APA Bonfim-Guaraíra.	Gévison Fernandes Teixeira Júnior	2025

Fonte: Elaborado(a) pelo(a) autor(a), 2026.

Conforme apresentado na Figura 7, a revisão bibliográfica resultou na identificação de 18 trabalhos incluindo artigos em inglês, dissertações e outros tipos de estudos acadêmicos, publicados entre os anos de 2016 e 2025. Dentre eles, 50% se referem a Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), os outros 50% que restam são divididos em 22,22% sobre o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP) e 33,33% sobre a Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraíras (APABG).

Posteriormente na segunda etapa, procedeu-se à leitura dos resumos desses 18 trabalhos selecionados na revisão bibliográfica, bem como à leitura integral dos textos. Este processo teve por objetivo a identificação dos impactos socioambientais associados ao turismo, bem como a identificação dos fatores que pressionam e/ou provocam estes impactos socioambientais na zona costeira e marinha. Tal processo de análise dos estudos ainda envolveu a elaboração de fichamentos, os quais possibilitaram a sistematização dos impactos e os fatores de pressão do conteúdo lido.

Por fim, na terceira e última etapa, além da leitura dos 18 trabalhos para analisar as possíveis medidas a serem tomadas para minimizar os impactos socioambientais, foram realizadas observações in loco. Para tanto foram realizadas 2 visitas técnicas, abrangendo passeios de lancha na Lagoa Guaraíras e Pipa, com o objetivo de observar aspectos referentes à Área de proteção (APA) Bonfim-Guaraíras e o comportamento dos prestadores de serviço, bem como, a conduta nas embarcações; as informações sobre o local apresentadas; a segurança dos passeios e se estes prestadores operam em conformidade com as leis, regras e normas encontradas nos instrumentos regulatórios da APA Bonfim-Guaraíras e demais Unidades de Conservação localizadas em Tibau do Sul/RN.

Dessa forma, optou-se pela definição desse conjunto de métodos e técnicas para a realização desta pesquisa. Assim, os objetivos propostos foram atingidos em 3 etapas, considerando que: o objetivo (a) foi atingido através da revisão bibliográfica, o objetivo (b) a

partir da leitura e da realização de fichamentos e por fim o objetivo (c) atingido através da compilação dos dados da literatura com dados in loco.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização do Turismo na Zona Costeira e Marinha da APA

A zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaráiras, reúne potenciais atrativos turísticos em razão da diversidade de seus ecossistemas e da riqueza de seus recursos naturais. Com cerca de 42.471 hectares, a APA é uma região rica em recursos hídricos, destacando-se o Sistema Lacustre Bonfim, composto pelas lagoas do Bonfim, Carcará, Boa Água, Urubu, Arituba, Alcaçuz, entre outras, e do Complexo Estuário Lagunar, formado por espelhos d'água das lagoas de Nisia floresta, Papeba e Guaráira. Além disso, a unidade também compreende uma extensa faixa costeira abrangendo praias, falésias, recifes e fauna associada (RIO GRANDE DO NORTE, 2020).

A faixa costeira estende-se ao longo de seus municípios abrangentes, são exemplos Nisia Floresta, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul. Neste último, encontram-se alguns dos atrativos turísticos presentes na unidade, como as praias de Tibau do Sul, Pipa, Cacimbinhas, Madeiro, Praia do amor, Sibaúma, Praia de Minas e Curral, além da Lagoa de Guaráiras. Em função desses atrativos, infere-se que a APA Bonfim-Guaráiras esteja entre os destinos mais procurados para realização de diferentes atividades, como: lazer, turismo de aventura, ecoturismo, turismo Sol e Mar, dentre outras.

Figura 8 - Praia do Madeiro - Pipa/RN



Fonte: Imagens do Projeto de Pesquisa (2025)

Entre os atrativos da zona costeira e marinha da APA destaca-se a Laguna de Guaraíras popularmente conhecida como Lagoa de Guaraíras, localizada a aproximadamente 7 km da Praia de Pipa, onde são desenvolvidas diversas atividades turísticas e recreativas, como passeio de barco, lancha e canoa, banho de argila, bancos de areia e observação de golfinhos. Essa lagoa está rodeada por manguezais, contém diversas espécies de fauna e flora e suas águas são salgadas. Outro importante atrativo é a Praia de Pipa, famosa por sua beleza com imponentes falésias, abrigo de diferentes vegetações e condições favoráveis ao surfe. O destino dispõe de atividades como passeios de buggy, passeios de barco, trilhas e uma ampla infraestrutura composta por pousadas, bares e restaurantes. Esse conjunto de atrativos e serviços mostra a importância do turismo para Tibau do Sul, atividade que representa um dos principais pilares econômicos do Rio Grande do Norte, contribuindo significativamente para a geração de emprego e renda (SILVA; FRANCA; OLIVEIRA, 2023).

Figura 9 - Laguna Guaraíras - RN



Fonte: IDEMA (2026)

4.2 Impactos socioambientais na APA Bonfim-Guaráiras associadas ao Turismo

Após a leitura dos 18 estudos foi possível identificar que a intensificação das atividades turísticas na zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaráiras provoca diversos impactos socioambientais. Entre os principais impactos identificados, destacam-se a perturbação da fauna (FREITAS et al., 2021, Freitas et al., 2024, LUNARDI et al., 2017), a supressão da vegetação (MATA; SOUZA, 2024, FREITAS et al., 2016), a poluição hídrica e degradação do solo (TEIXEIRA JUNIOR, 2025, SILVA, 2021), o impacto na paisagem (TEIXEIRA JUNIOR, 2025) e o acirramento de conflitos socioespaciais (FONSECA, 2021).

Entre os impactos identificados, destaca-se a perturbação da fauna. De acordo com Lunardi et al. (2017) a intensa circulação de barcos nas enseadas interfere na fauna marinha em razão do ruído dos motores das embarcações, acarretando prejuízos à fauna, principalmente na redução da aparição e atividade de forrageamento. Ademais, Freitas et al. (2021), reforçam o impacto de perturbação em razão das embarcações, explicando que a área é usada pelos animais, em especial os botos-cinzas, para alimentação e cuidados parietais. Evidenciando que o crescimento do turismo e dos passeios embarcados afeta negativamente a fauna.

Outro impacto presente nos estudos foi a supressão da vegetação. Segundo Mata e Souza (2024), a ocupação do solo é caracterizada pela exploração dos recursos naturais, consequentemente a supressão da vegetação e vários processos de degradação do ambiente. Tendo em vista que a ocupação desordenada da orla marítima resulta na construção de habitações e grandes empreendimentos turísticos ocupando áreas de fragilidade ambiental como as falésias e a perda da vegetação para o cultivo agrícola (FREITAS et al., 2016).

A poluição hídrica também foi apontada como um dos principais impactos por Mata e Souza (2024), destacando que os elevados níveis de poluição dos recursos hídricos decorrem da intensa circulação de pessoas e embarcações, bem como do manejo inadequado. Enquanto a degradação do solo, os impactos estão evidentes na degradação da vegetação, erosão das dunas, e compactação do solo arenoso.

Segundo Teixeira Junior (2025), as degradações da vegetação em detrimento das atividades turísticas e a expansão de empreendimentos turísticos, altera significativamente as paisagens, modificando as características naturais do ambiente. Tais fatos destacam que tanto a supressão da vegetação, a poluição hídrica, a degradação do solo e os impactos na paisagem estão inteiramente ligados ao uso e ocupação desordenados do solo, ou seja, a uma expansão sem planejamento e controle eficazes.

Por fim, destaca-se o acirramento de conflitos socioespaciais. Segundo Fonseca (2021), a área é palco de intensos conflitos caracterizados pela presença humana e pelas formas de uso

público e ocupação do território, tais conflitos dependem da efetividade da gerência das áreas. Neste contexto, o turismo gera esses conflitos em função da disputa pelo uso da terra, ou mesmo, pela privatização de áreas naturalmente públicas, dentre outros fatores. Sendo esse impacto decorrente das fragilidades na fiscalização, ingerência e por vezes devido a uma governança desarticulada.

Figura 10 - Fatores e principais impactos socioambientais identificados

FATORES DE AMEAÇA	IMPACTOS	CITAÇÕES
Passeios de embarcações;	Perturbação da Fauna;	FREITAS et al., 2021, FREITAS et al., 2024, LUNARDI et al., 2017
Uso e ocupação do solo;	Supressão da vegetação;	MATA; SOUZA, 2024, FREITAS et al., 2016; TEIXEIRA JUNIOR, 2025, SILVA, 2021; TEIXEIRA JUNIOR, 2025
	Poluição hídrica e do solo;	
	Impacto na paisagem;	
Ingerência;	Acirramento de conflitos socioespaciais;	FONSECA, 2021
Fragilidades na fiscalização;		
Governança desarticulada;		

Fonte: Elaborado(a) pelo(a) autor(a), com base em Freitas et al., 2021; Freitas et al., 2024; Lunardi et al., 2017; Mata; Souza, 2024; Freitas et al., 2016; Teixeira Junior, 2025; Silva, 2021 e Fonseca, 2021.

Conforme apresentado na Figura 10, esses impactos estão associados a diferentes fatores de ameaça decorrentes das atividades turísticas na zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaaráras.

Após visitar a APA Bonfim-Guaarára e realizar dois passeios embarcados, foi possível fazer observações que corroboram os impactos identificados durante a leitura dos 18 estudos. Para tanto, ao final desta descrição será apresentado um checklist contendo a relação dos impactos observados e daqueles que não puderam ser observados durante a visita.

As observações tiveram início na Lagoa de Guaaráras e ao longo do percurso foram observados aspectos relacionados à dinâmica da atividade turística que estava sendo feita. O passeio inicia-se na orla, local de embarque e desembarque, onde é possível observar a infraestrutura do local com estacionamentos e diversas barracas de praia. Após o embarque, a embarcação segue um percurso entre os manguezais, possibilitando a observação da abrangência desse ecossistema na região. Durante o trajeto, acontece uma parada para banho de argila; entretanto essa atividade não aconteceu durante o passeio observado. Em seguida, a embarcação dirige-se até um dos principais pontos, que é o banco de areia, uma pequena parte

de areia localizada no meio da lagoa durante a maré baixa, onde possui barracas de praia e um bar flutuante. Na volta do percurso, foi realizada uma parada para a observação de golfinhos.

Figura 11 - Desenho do Roteiro da Lagoa de Guaraíras



Fonte: Site da Pipando (2026)

O segundo passeio foi realizado na Praia de Pipa, possibilitando a observação de outros atrativos em razão do percurso distinto, mas ainda relacionados a dinâmica da atividade turística que estava sendo feita. O passeio inicia-se na Praia do Centro, local de embarque e desembarque, onde também é possível observar a infraestrutura do local com barracas de praia, restaurantes, pousadas e outros empreendimento. Após o embarque, a embarcação segue para Baía dos Golfinhos possibilitando a apreciação das falésias, da vegetação e da beleza natural de Pipa. Diferentemente do passeio anterior realizado na Lagoa de Guaraíras, este percurso possui menos paradas no decorrer do trajeto. No retorno, há uma parada para observar os golfinhos e, em seguida uma parada para banho em alto mar. Ao final, a embarcação volta à Praia do Centro para o desembarque.

A partir das observações realizadas nesses dois passeios, foi possível identificar alguns dos impactos socioambientais apontados na literatura. As principais observações serão apresentadas a seguir, relacionando os impactos observados in loco com os que foram identificados nos 18 estudos.

Durante a atividade de observação de golfinhos, foram identificadas situações que corroboram para os estudos de Freitas et al. (2021), Freitas et al. (2024), Lunardi et al. (2017), que apontam os passeios embarcados como fator de ameaça da perturbação da fauna. No passeio realizado na Praia de Pipa, mesmo o condutor sabendo e havendo informado a existência de boias e a sua finalidade de delimitar a distância adequada para observação, verificou que ele ultrapassou essa delimitação, aproximando-se mais do que deveria dos golfinhos. Já no passeio na Lagoa de Guaraíras não foi repassado nenhuma orientação sobre as regras e normas para aquela atividade. Além disso, observou-se que as embarcações se deslocavam constantemente em torno da área em que se encontram os golfinhos, produzindo ruídos em razão das hélices, perturbando assim a fauna existente na região.

Figura 12 - Observação de golfinhos na Lagoa de Guaraíras



Fonte: Imagens do Protejo de Pesquisa (2025)

Outro impacto observado está relacionado as alterações da paisagem devido a ocupação do solo. Durante o trajeto na Praia de Pipa, foi possível identificar diversos empreendimentos como hotéis, pousadas e resorts implantados sobre falésias; áreas de fragilidade ambiental. Esses empreendimentos estão associados ao desenvolvimento da região, porém sua implantação

nessas áreas pode intensificar o processo erosivo causando impacto na paisagem da região. Além disso, observou-se barracas de praia em áreas extremamente sensíveis e com risco de erosão, evidenciando os potenciais riscos à segurança dos visitantes.

Figura 13 - Empreendimentos sobre falésias - Pipa/RN



Fonte: Imagens do Projeto de Pesquisa (2025)

Figura 14 - Barracas de praia em áreas suscetíveis à erosão



Fonte: Imagens do Projeto de Pesquisa (2025)

Observou-se também a presença de resíduos em alguns trechos. A presença desses resíduos evidencia o impacto de poluição hídrica e do solo, tal impacto compromete a paisagem, além da qualidade da experiência turística na Praia de Pipa. Essas observações corroboram os estudos de Mata e Souza (2024), Freitas et al. (2016), Teixeira Junior (2025), Silva (2021), Teixeira Junior (2021), os quais apontam que esses impactos estão diretamente relacionados ao uso e ocupação do solo, especialmente, ao uso desordenado e mal planejado.

Figura 15 - Poluição Hídrica e do Solo



Fonte: Imagens do Projeto de Pesquisa (2025)

Durante os passeios não foi possível constatar os impactos de supressão da vegetação e de acirramento de conflitos socioespaciais. Porém, a ausência dessas observações não significa que estes impactos não existam na APA Bonfim-Guaráíras, tais impactos foram identificados na literatura. As observações realizadas em campo evidenciam que, embora a APA Bonfim-Guaráíras tenha potencial turístico e ambiental, existem fragilidades relacionadas ao uso e ocupação do solo, ao cumprimento das normas de observação da fauna, à segurança dos passeios e à fiscalização das atividades turísticas.

Figura 16 - Checklist: Impactos identificados In Loco

Impactos Socioambientais	Check
Perturbação da fauna	✓
Supressão da vegetação	✗
Poluição hídrica e do solo	✓
Impacto na paisagem	✓
Acirramento dos conflitos socioespaciais	✗

Fonte: Elaborado(a) pelo(a) autor(a).

4.3 Ações mitigadoras dos Impactos Socioambientais na APA

Após a leitura dos 18 estudos, foi possível identificar os impactos socioambientais presentes na APA Bonfim-Guarairas, bem como as ações mitigadoras propostas para reduzir os impactos, as quais se concentram em quatro grandes blocos de ação. Esses blocos exigem a adoção de medidas que permitam compatibilizar as atividades turísticas e recreativas com a conservação dos espaços costeiros e marinhos da APA Bonfim-Guaraira.

O primeiro bloco é sobre Gestão e Governança: A literatura aponta que a mitigação exige o engajamento e compromisso dos setores público e privado, e a Consolidação de Parcerias. A ineficácia da gestão é um entrave recorrente, e o funcionamento ativo do Conselho Gestor é crucial para mediar os conflitos (FONSECA & NÓBREGA, 2021).

O segundo bloco é o Ordenamento Territorial: O principal problema da APA é a sua ocupação desordenada. A solução exige o ordenamento, fiscalização e monitoramento do turismo, além da urgência na regularização fundiária. Sem o controle territorial, o impacto se agrava (como mostra o estudo de ARAÚJO DA MATA & SOUZA, 2024, sobre a dinâmica do uso do solo). O ordenamento também inclui medidas específicas, como a definição de rotas de navegação para passeios, como sugerido por FREITAS e colaboradores (2021).

O terceiro bloco é a Infraestrutura Básica e Impactos: A expansão do turismo exige uma resposta imediata na Adequação de Infraestruturas como o saneamento básico e a gestão de resíduos (problemas citados em trabalhos como o de NASCIMENTO et al., 2016). Além disso, a gestão não pode ser feita no escuro: é fundamental a aplicação de Estudos de Impactos e Capacidade de Carga para atividades como o turismo de aventura e a observação de fauna.

Por fim, o quarto bloco foca nos Atores e Educação: A mitigação passa pela inclusão social. Isso exige Assistência e Apoio à Comunidade Local, que são os atores mais vulneráveis ao conflito, e o Desenvolvimento de Ações de Interpretação e Educação Ambiental (abordado por PRADO & MUSSE, 2024). Mudar o comportamento e aumentar a percepção dos impactos (TEIXEIRA JUNIOR, 2025) é a estratégia de longo prazo mais poderosa.

Figura 17 - Blocos temáticos e Ações mitigadoras para reduzir os impactos socioambientais na APA

BLOCOS TEMÁTICOS	AÇÕES	CITAÇÕES
Gestão e Governança	Engajamento Público/Privado e Consolidação de Parcerias	FONSECA & NÓBREGA, 2021; BRUMATTI et al., 2017

Ordenamento Territorial	Ordenamento e Fiscalização e Regularização Fundiária	NASCIMENTO et al., 2016
Infraestrutura Básica	Adequação de Saneamento e Gestão de Resíduos	NASCIMENTO et al., 2016
Impactos e Atores	Estudos de Impacto e Capacidade de Carga, Apoio Comunitário e Educação Ambiental	TEXEIRA JR., 2025; PRADO & MUSSE, 2024

Fonte: Silva, Brumatti & Farias, (2025).

Conforme a Figura 17, os 18 estudos revelam a necessidade de ações mitigadoras concentradas na gestão, no ordenamento territorial, na infraestrutura básica e nos impactos e atores como potenciais estratégias na redução dos impactos socioambientais encontrados na zona costeira e marinha da APA Bonfim-Guaaráras. Porém, as observações realizadas in loco corroboram e revelam que parte das ações que estão presente nos estudos não estão devidamente implementadas. Esse cenário reforça a importância da efetivação das ações apontadas pela literatura para garantir a conservação da natureza em harmonia com o turismo dentro da APA Bonfim-Guaaráras.

Portanto, a partir de tais resultados foi possível constatar que as ações humanas referentes às atividades turísticas em espaços naturais provocam diversos impactos e desafios para a compatibilização da conservação com o uso dessas áreas, e seria extremamente importante que ações como o ordenamento, a fiscalização e o monitoramento do turismo nesses espaços fossem desenvolvidos e geridos conforme indicam as leis e normas, facilitando a mitigação dos impactos negativos nessas áreas. Mas isso não cabe apenas a uma, duas ou três pessoas, é necessário apoio da comunidade local, do Conselho Gestor, dos órgãos ambientais e da iniciativa privada, exigindo o compromisso dos parceiros em desenvolver ações que possibilitem a educação e interpretação ambiental, facilitando uma mudança de postura e comportamento desses parceiros e dos visitantes.

5 CONCLUSÕES

A realização da presente pesquisa possibilitou a identificação dos impactos socioambientais decorrentes das atividades turísticas em Pipa e Tibau do Sul/RN, as quais estão presentes na zona costeira e marinha da Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guaraíras. Além disso, permitiu identificar as ações mitigadoras propostas na literatura e confrontá-las com observações realizadas in loco acerca de sua implementação e execução.

De modo geral, verificou-se que o turismo possui grande importância econômica, porém seu desenvolvimento ocorre de maneira desordenada, causando significativos impactos sobre os ecossistemas costeiros e marinhos. Também foi detectado que muitas das ações para minimizar os impactos não estão em devido vigor, o que contribui para a permanência e/ou intensificação dos problemas identificados.

Neste contexto, os resultados da pesquisa reforçam a importância da adoção dessas ações mitigadoras e de sua efetivação para a conservação dos ecossistemas e harmonização com o turismo, através do fortalecimento da gestão da unidade, da fiscalização e do monitoramento contínuo, entre outros.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o avanço das pesquisas sobre turismo e unidades de conservação, bem como ajude na elaboração de novas estratégias mitigadoras. Propõe-se que sejam realizados novos estudos, ao longo dos anos, para acompanhar a dinâmica dos impactos socioambientais decorrentes das atividades turísticas na APA Bonfim-Guaraíras e tornem a investigar a efetividade das ações mitigadoras na unidade.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto n.º 14.369, de 22 de março de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira, nos Municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Goianinha, Tibau do Sul e Canguaretama, e dá outras providências. *Instituto Socioambiental (ISA) – Acervo Socioambiental*. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-n-14369-de-220399-cria-area-de-protecao-ambiental-bonfimguaraira-nos>. Acesso em: junho 2026

UNEP-WCMC; IUCN. *Protected Planet Report 2024*. Cambridge: UNEP-WCMC; Gland: IUCN, 2024. Disponível em: <https://digitalreport.protectedplanet.net/>. Acesso em: junho 2026.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Biodiversidade e biomas. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas>. Acesso em: junho 2026.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das unidades de conservação no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 79-89, dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9204>. Acesso em: maio 2026.

VALLEJO, Luiz Renato. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 13–26, 2013. DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2013.v1n1p13>. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: maio 2026.

MARETTI, Cláudio C.; CATAPAN, Marisete Inês Santin; ABREU, Maria Jasylene Pena de; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Dantas de. *Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos – reflexões conceituais e diretrizes para gestão*. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271842251_Areas_Protegidas_Definicoes_Tipos_e_Conjuntos_-_reflexoes_conceituais_e_diretrizes_para_gestao. Acesso em: maio 2026.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ, [s.d.]. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/082022/b9ac664809c023546b7fd492d29c2a0a.pdf>. Acesso em: maio 2026.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200417203825.pdf>. Acesso em: maio 2026.

SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos; FREITAS, Diana Carvalho de; NASCIMENTO, Larycynthia Luana Sousa do; LUNARDI, Vitor de Oliveira; LUNARDI, Diana Gonçalves. Avaliação do turismo de observação de botos-cinza na Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 40-53, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16457/14742>. Acesso em: junho 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Revista do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC 2022*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/revistasnuc_2022.pdf. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/>. Acesso em: maio 2026.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira*. Natal: IDEMA, 2020.

GRANDE, Josivania Silva Farias. *Impactos sociais da atividade turística no município de Tibau do Sul/RN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12137>. Acesso em: junho 2026.

LEUNG, Yu-Fai; SPENCELEY, Anna; HVENEGAARD, Glen; BUCKLEY, Ralf (eds.). *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: diretrizes para sustentabilidade*. Gland, Suíça: UICN, 2019. (Série Diretrizes para Melhores Práticas para Áreas Protegidas, n. 27). Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/turismo_gestao_da_visitacao_em_areas_protegidas.pdf. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria n.º 289, de 3 de maio de 2021. Dispõe sobre o planejamento da criação de unidades de conservação federais. Brasília, DF: ICMBio, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/legislacao/portaria_289_de_3_de_maio_de_2021_planejamento.pdf. Acesso em: maio 2026.

QUEIROZ, Edileuza Dias de; VALLEJO, Luiz Renato. Uso público em unidades de conservação: entre o ideal e o real. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, RJ, v. 5, n. 9, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.uff.br/uso_publico. Acesso em: maio 2026.

MATA, A. L. A. da; SOUZA, J. R. de. Análise da dinâmica espaço-temporal da cobertura vegetal na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira/RN. *Sociedade & Território*, Natal, v. 35, n. 3, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/32530>. Acesso em: junho 2026.

BRUMATTI, P. N. M. O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades. Tese (Doutorado em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2020. 297f.

DE FREITAS, Diana Carvalho; DA SILVA, Paulo César Moura; LUNARDI, Vitor de Oliveira; DOS SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo; LUNARDI, Diana Gonçalves. Uso e Ocupação do Solo na Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brasil (1984 – 2015) (Land use and occupation at Coastal Wildlife Reserve of Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brazil (1984 – 2015)). *Revista Brasileira de Geografia Física*, [S. l.], v. 9, n. 6, p. 1880–1887, 2016. DOI: 10.26848/rbgf.v9.6.p.1880-1887. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgf/article/view/233929>. Acesso em: junho 2026.

SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos. *Subsídios para o plano de manejo da Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS), Rio Grande do Norte, Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2016. Disponível em: <https://ccbs.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/10/2016-TCC-josivania.pdf>. Acesso em: julho 2026.

SILVA, Clébia Bezerra da; FRANÇA, Rosana Silva de; OLIVEIRA, Wagner Araujo. Turismo em Unidades de Conservação do Litoral Sul Potiguar: relação entre Planos de Manejo e Planos Diretores. *Biodiversidade Brasileira – BioBR*, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/2185>. Acesso em: junho 2026.

SILVA, M. da C. B. da.; Brumatti, P N M & Farias, B. L. Estratégias para mitigação de impactos do turismo na zona costeira da APA Bonfim Guaraíras, Tibau do Sul, RN, Brasil. Caderno de Resumos. V Colóquio Internacional de Cidades Litorâneas e Turismo - CILITUR, 5, 2025.

TEIXEIRA JUNIOR, Gevison Fernandes. Percepção dos residentes sobre os impactos ambientais causados pelo turismo de aventura na APA Bonfim-Guaraíra. 2025. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal) - Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias, Universidade Federal do Rio grande do Norte, Macaíba, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/61791>. Acesso em: junho 2026.

TIBAU DO SUL (RN). Prefeitura Municipal. *Sobre o município*. Tibau do Sul: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: <https://tibaudosul.rn.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>. Acesso em: junho 2026.

FONSECA, I. L. da; NÓBREGA, W. R. de M. Desafios e oportunidades do turismo na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraíra (RN): concepções de análise a partir do conselho gestor. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 22-42, 2021. DOI: 10.17648/raoit.v15n1.5708. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/raoit.v15n1.5708>. Acesso em: julho 2026.

BRUMATTI, P.; JUSTINO, A.; FERREIRA, F. Unidades de Conservação, Turismo e Governança: capacidades e implicações para o uso público do Parque Estadual Mata da Pipa, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 27/28, p. 547-557, 2017.

SILVA, L. K. T. da; MILLER, F. de S. Lagoa de Guaraíra /RN-Brasil: uma dialética da construção do espaço e da cultura. Tessituras, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/25156>. Acesso em: julho 2026.

NASCIMENTO, Larycynthia Luana Sousa do. Caracterização da Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul – REFAUTS, Rio Grande do Norte: proposta de ordenamento do turismo. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/8e9bc2a4-87dd-4c8d-a240-4e4b6dabf265>. Acesso em: julho 2026.

SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos; FREITAS, Diana Carvalho de; LUNARDI, Vitor de Oliveira; LUNARDI, Diana Gonçalves. O turismo de observação de botos-cinza e a Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS): uma revisão de literatura. In: CONIDIS, 2017, [...]. Anais [...]. [Local]: Editora Realize, 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO_EV074_MD1_SA2_ID485_09052017094312.pdf. Acesso em: julho 2026.

FONSECA, Itamara Lúcia da. Desafios do planejamento e gestão turística: enfoque analítico sobre a Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraíra, Estado do Rio Grande do Norte. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/a4413e22-ac91-45f4-bcd8-52a242742743>. Acesso em: julho 2026.

SILVA, Maria Mayara dos Santos; SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos; SILVA, Géssica Rafaely de; LUNARDI, Vitor de Oliveira; LUNARDI, Diana Gonçalves. Percepção de atores sociais como subsídio ao zoneamento ambiental de uma unidade de conservação costeira no nordeste do Brasil. RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 50, p. 84-106, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/67678/43323>. Acesso em: julho 2026. DOI: <https://doi.org/10.5380/raega.v50i0.67678>.

FREITAS, Diana Carvalho de; SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos; SILVA, Paulo César Moura da; LUNARDI, Vitor de Oliveira; LUNARDI, Diana Gonçalves. Are dolphin-watching boats routes an effective tool for managing tourism in marine protected areas? Ocean & Coastal Management, v. 211, 105782, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0964569121002659>. Acesso em: julho 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2021.105782>.

SANTOS, Josivânia Emanuely Azevedo dos; FREITAS, Diana Carvalho de; LUNARDI, Diana Gonçalves; LUNARDI, Vitor de Oliveira. Quem são e o que pensam os condutores de embarcações turísticas para observação de botos-cinza? *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 11, n. 4, p. 588-608, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6684/4265>. Acesso em: julho 2026. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2018.v11.6684>.

RODRIGUES, Juliana Garcia Vidal; MOREIRA, Sueli Aparecida; FREIRE, Eliza Maria Xavier. Entraves à efetivação de Unidades de Conservação: Parque Estadual Mata da Pipa, Tibau do Sul – RN – Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 46, p. 109-132, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/56452>. Acesso em: julho 2026. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v46i0.56452>.

PRADO, Percival Aparecido do; MUSSE, Narla Sathler de Oliveira. ENVIRONMENTAL INTERPRETATION PROPOSAL IN THE TRILHA DO GALHARDO, PIPA, RIO GRANDE DO NORTE. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 15, p. 77 - 90, mar. 2024. ISSN 2178-0463. Available at: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/1293>. Acesso em: julho 2026. DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v15i0.1293>.

FREITAS, D. C.; SANTOS, J. E. A.; SILVA, M. M. S.; SILVA, G. R. D.; LUNARDI, V. O.; LUNARDI, D. G. Overlapping use of areas in a marine wildlife reserve on the northeastern coast of Brazil. **Turismo y Sociedad**, [S. l.], v. 35, p. 325–345, 2024. DOI: 10.18601/01207555.n35.14. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/9605>. Acesso em: julho 2026.

PASSEIO EM PIPA. *O que fazer em Pipa a pé*. Disponível em: <https://www.passeioempipa.com.br//o-que-fazer-em-pipa-a-pe/>. Acesso em: julho 2026.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). Disponível em: <https://www.idema.rn.gov.br/postagem/area-de-protecao-ambiental-bonfim-guaraira/>. Acesso em: julho 2026.

PIPANDO. *Passeio de lancha em Tibau do Sul*. Disponível em: <https://www.pipando.com.br/passeiodelanchatibau>. Acesso em: 29 jul. 2026.

APÊNDICE A: Registros fotográficos da visita técnica in loco.







ANEXO A: Instrumento de coleta de dados.

Figura 18 - Questões norteadoras da visita técnica In Loco

Questões norteadoras da visita técnica In Loco	
1)	Informações sobre a APA: é falado? qual tipo de informação é falado? tem alguma placa?
2)	Conduta das embarcações: chega perto dos animais? quanto tempo fica próximo deles?
3)	Quais tipos de informações são passadas para turistas?
4)	Como fazem com os resíduos?
5)	Qual o comportamento dos turistas?
6)	Como é a questão da segurança no passeio?
7)	É possível observar pontos de erosão?
8)	Como é possível observar as infraestruturas sobre as falésias?

Fonte: Elaboração própria 2026